

Documento:447234

Poder Judiciário

JUSTIÇA ESTADUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

GAB. DO DES. ADOLFO AMARO MENDES

Apelação Criminal (PROCESSO ORIGINÁRIO EM MEIO ELETRÔNICO) Nº
0002021-42.2021.8.27.2731/T0

RELATOR: Desembargador ADOLFO AMARO MENDES

APELANTE: JOSE ANTONIO BRAGA ALVES (RÉU)

ADVOGADO: DANILO BERNARDO COELHO R. GARCIA (OAB TO008170)

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO (AUTOR)

INTERESSADO: INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO (INTERESSADO)

VOTO

Como venho de relatar, trata-se de APELAÇÃO CRIMINAL interposta por JOSÉ ANTÔNIO BRAGA ALVES, inconformado com a sentença proferida pelo Juízo da 1ª Vara Criminal de Paraíso do Tocantins-T0, que impôs ao réu a pena corporal de 03 (três) meses e 15 (quinze) dias de detenção, a ser cumprida no regime inicial aberto, pela prática do crime tipificado no art. 24-A, caput, da Lei nº 11.340/06.

Em suas razões recursais, a defesa do processado sustenta, em suma, a necessidade de reforma do decisum para o fim de decretar a absolvição do réu, argumentando inexistir elementos de prova suficientes para embasar o decreto condenatório.

Pois bem.

Ao exame dos autos, constato que o apelo interposto pelo réu está fadado

ao insucesso, haja vista a inconsistência das alegações sustentadas pela defesa. Senão vejamos.

A materialidade e a autoria foram devidamente comprovadas no processo, conforme se vê do conjunto probatório, de modo que as provas produzidas ao longo da instrução se apresentam hábil a alicerçar a condenação do réu pela prática do crime de descumprimento de medidas protetivas que lhe foi imputado através da denúncia.

No tocante à materialidade, esta se encontra devidamente demonstrada através dos documentos encartados nos autos do Inquérito Policial que deu origem à ação penal (IP nº 0001684-53.2021.827.2731), notadamente pelo Auto de Prisão em Flagrante, Boletim de Ocorrência, Laudo de Exame Pericial de Danos e pelos depoimentos testemunhais coligidos na fase inquisitorial e em juízo.

Em relação à autoria delitiva, embora o processado a tenha negado, encontro-me convicto de que a sua condição de autor, e a certeza da concretização do ilícito, resultaram evidenciadas pelos meios de provas colhidos durante as duas fases da persecução penal, inexistindo, pois, dúvidas de que o apelante, concorreu para a prática do crime de em questão.

A ofendida, na fase policial, foi clara ao asseverar que o recorrente, no dia 13/04/2015, foi até sua residência e lhe ameaçou de morte, tendo, inclusive, mostrado uma faca à vítima. Outrossim, externou que na data de 15/04/2021, por volta das 23:20 horas, o apelante retornou até sua residência, onde arremessou várias pedras contra o imóvel, tendo uma delas atingido a janela da casa, vindo a quebrá-la.

Neste ponto, é importante destacar que no dia 03/11/2020, foram deferidas medidas protetivas de urgência nos autos nº 0006843-11.2020.827.2731, consubstanciadas na proibição de aproximar da ofendida, devendo manter distância mínima de 200 (duzentos) metros e na proibição de manter contato com a mesma, por qualquer meio de comunicação (evento 7), da qual o ora recorrente veio a tomar ciência na data de 15/04/2021, consoante certidão lançada no evento 32 dos mencionados autos.

Daí porque, conforme bem concluiu a nobre Magistrada Singular, restou incontroverso nos autos que o réu praticou conduta que se subsume ao tipo penal descrito no art. 24-A, caput, da Lei 11.340/06, na medida em que, apesar de devidamente cientificado das medidas protetivas de urgência deferidas nos autos nº 0006805-96.2020.8.27.2731, descumpriu as ordens de proteção, especialmente aquela que fixava limite de distância entre ele e a ofendida e o proibia de manter qualquer contato com a mesma, já que se aproximou do imóvel da mesma para atirar-lhe pedras.

Importante frisar que, em que pese a ofendida tenha alterado a versão dos fatos, aduzindo não poder afirmar que foi o acusado quem jogou as pedras em seu imóvel, pois, no dia dos fatos, tinham outros indivíduos em um monte de menino na rua, jogando pedras, tal declaração deve ser analisada com cautela, sobretudo porque a própria vítima também afirmou que “ainda se relaciona com o réu”, não tendo mais interesse em dar prosseguimento à ação.

Isso porque, consoante ressaltado, as declarações prestadas pela vítima em sede investigatória foram robustamente confirmadas pelos policiais militares Evaldo Gabino de Sousa e Wesley Clayton Barbosa Silva, quando ouvidos perante a autoridade judicial.

Na oportunidade, aludidas testemunhas foram uníssonas em esclarecer que foram acionados pela vítima para apurar a ocorrência de ameaça desferida pelo acusado contra a mesma, tendo a ofendida lhes afirmado que seu ex-

companheiro teria ido à sua casa, dizendo que se ela não reatasse o relacionamento ele a mataria, sendo que, em seguida, o mesmo veio a arremessar uma pedra no imóvel, que atingiu uma vidraça, que acabou quebrando.

Ditas testemunhas externaram, ainda, que o recorrente, ao perceber a aproximação dos policiais, evadiu-se do local dos fatos, sendo, em patrulhamento, os milicianos acabaram por localizar o réu em frente à casa de sua tia, momento em que veio a ser preso em flagrante e conduzido até a Central de Flagrantes da Comarca de Paraíso do Tocantins-T0.

Outrossim, o policial militar Evaldo Gabino de Sousa disse que atendeu diversas ocorrências de agressões do acusado em relação à ofendida, a qual, muitas vezes, por serem agressões verbais, preferiu não representar, bem como afirmou acreditar já ter atendido pelo menos quatro ou cinco ocorrências similares envolvendo ambos, e que, muito provavelmente durante atendimento de algum colega, a vítima optou por representar e requerer medidas protetivas, as quais foram deferidas e estavam vigentes na data dos fatos delineados na exordial acusatória.

Diante disso, não obstante a retratação judicial da ofendida, entendo que o contexto probatório, formado tanto pelos elementos de convicção colhidos na fase de inquérito quanto pelas provas produzidas em juízo, demonstra, com a certeza necessária, que o apelante descumpriu decisão judicial que deferiu medidas protetivas à vítima, razão pela qual a manutenção do decreto condenatório é medida que se impõe.

Nesse sentido:

“APELAÇÃO CRIMINAL – MARIA DA PENHA – DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS – ABSOLVIÇÃO – IMPOSSIBILIDADE – AUTORIA E MATERIALIDADE DEVIDAMENTE COMPROVADAS – REDUÇÃO DA PENA EX OFFICIO – NECESSIDADE – ANÁLISE GENÉRICA DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS. Satisfatoriamente comprovadas a materialidade e a autoria delitivas, a manutenção da condenação é medida que se impõe. A retratação judicial da ofendida deve ser analisada em conjunto com os demais elementos produzidos, sobretudo quando há notícias de que o relacionamento com o autor foi reatado, sendo certo que tal circunstância não é apta a impedir a aplicação da lei penal. Diante da análise genérica das circunstâncias judiciais, deve-se proceder à reanálise, reduzindo-se, por corolário, a pena-base fixada.” (TJMG – Apelação Criminal 1.0435.19.000163-4/001, Relator (a): Des.(a) Henrique Abi-Ackel Torres, 8ª CÂMARA CRIMINAL, julgamento em 30/09/2021, publicação da súmula em 05/10/2021)

Frise-se, por fim, que, na linha do entendimento da Magistrada sentenciante, ainda que a vítima tivesse anuído com a aproximação do apelante em sua residência, tal conjuntura não possuiria o condão de afastar a tipicidade do art. 24-A da Lei nº 11.340/06, uma vez que a decisão judicial que estabelece as medidas protetivas estavam à época em pleno vigor, sendo, portanto, imperiosa sua observância.

Concluo, portanto, não haver como prosperar o apelo, pois as provas existentes nos autos serviram ao convencimento do juízo sentenciante quanto à conduta delituosa praticada pelo apelante, não prosperando a irresignação defensiva de inexistência de provas para a condenação.

Diante do exposto, acolhendo o parecer da Douta Procuradoria-Geral de Justiça, conheço, em parte, do recurso por presentes os requisitos de admissibilidade, e, na parte conhecida, VOTO NO SENTIDO DE NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo incólume o decisor de primeiro grau nos seus exatos termos.

Documento eletrônico assinado por ADOLFO AMARO MENDES, Relator, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa nº 5, de 24 de outubro de 2011. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico <http://www.tjto.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador 447234v2 e do código CRC 1723a8f3. Informações adicionais da assinatura: Signatário (a): ADOLFO AMARO MENDES Data e Hora: 15/2/2022, às 16:18:57

0002021-42.2021.8.27.2731

447234 .V2

Documento:447235

Poder Judiciário

JUSTIÇA ESTADUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

GAB. DO DES. ADOLFO AMARO MENDES

Apelação Criminal (PROCESSO ORIGINÁRIO EM MEIO ELETRÔNICO) Nº
0002021-42.2021.8.27.2731/TO

RELATOR: Desembargador ADOLFO AMARO MENDES

APELANTE: JOSE ANTONIO BRAGA ALVES (RÉU)

ADVOGADO: DANILO BERNARDO COELHO R. GARCIA (OAB TO008170)

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO (AUTOR)

INTERESSADO: INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO (INTERESSADO)

EMENTA

APELAÇÃO CRIMINAL. CRIME DE DESCUMPRIMENTO DE MEDIDAS PROTETIVAS. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO INCABÍVEL. MATERIALIDADE E AUTORIA COMPROVADAS. RETRATAÇÃO DA VÍTIMA EM JUÍZO. IRRELEVÂNCIA. SENTENÇA CONDENATÓRIA MANTIDA. RECURSO IMPROVIDO.

1. O acervo probatório dos autos contém elementos suficientes para sustentar a condenação do réu no tocante à infração penal de descumprimento de medidas protetivas, sendo robusta a prova da materialidade e autoria delitiva, razão pela qual inviável a absolvição do acusado por insuficiência de provas.

2. A retratação judicial da ofendida deve ser analisada em conjunto com os demais elementos de provas produzidos durante as duas fases da persecução penal, sobretudo quando há notícias de que o relacionamento com o réu foi reatado, sendo certo que tal circunstância não é apta a impedir a aplicação da lei penal.

3. Recurso ao qual se nega provimento, para manter incólume a sentença de primeiro grau.

ACÓRDÃO

Sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Desembargador ADOLFO AMARO MENDES, a 5ª TURMA JULGADORA da 1ª CÂMARA CRIMINAL do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins decidiu, por unanimidade, acolhendo o parecer da Douta Procuradoria-Geral de Justiça, conhecer, em parte, do recurso por presentes os requisitos de admissibilidade, e, na parte conhecida, NEGAR-LHE PROVIMENTO, mantendo incólume o decisum de primeiro grau nos seus exatos termos, nos termos do voto do (a) Relator (a).

Votaram acompanhando o Relator os Excelentíssimos Senhores Desembargadores ANGELA MARIA RIBEIRO PRUDENTE e MARCO ANTHONY STEVESON VILLAS BOAS.

A Douta Procuradoria-Geral de Justiça esteve representada pelo Exmo. Sr. Procurador de Justiça JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU.

Palmas, 08 de fevereiro de 2022.

Documento eletrônico assinado por ADOLFO AMARO MENDES, Relator, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa nº 5, de 24 de outubro de 2011. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico <http://www.tjto.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador 447235v5 e do código CRC 6e6b3433. Informações adicionais da assinatura: Signatário (a): ADOLFO AMARO MENDES Data e Hora: 25/2/2022, às 15:48:0

0002021-42.2021.8.27.2731

447235 .V5

Documento:447233

Poder Judiciário

JUSTIÇA ESTADUAL

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

GAB. DO DES. ADOLFO AMARO MENDES

Apelação Criminal (PROCESSO ORIGINÁRIO EM MEIO ELETRÔNICO) Nº
0002021-42.2021.8.27.2731/T0

RELATOR: Desembargador ADOLFO AMARO MENDES

APELANTE: JOSE ANTONIO BRAGA ALVES (RÉU)

ADVOGADO: DANILO BERNARDO COELHO R. GARCIA (OAB T0008170)

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO (AUTOR)

INTERESSADO: INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO (INTERESSADO)

RELATÓRIO

Adoto como próprio o relatório exarado pela presentante do Ministério Público nesta instância (evento 10), verbis:

“Trata-se de Apelação Criminal interposta por José Antônio Braga Alves, em razão de seu inconformismo com a sentença proferida pelo juízo da 1ª Vara Criminal da Comarca de Paraíso do Tocantins /T0 que, julgando parcialmente procedente a pretensão punitiva estatal, o condenou pela prática do crime previsto no artigo 24-A, caput, da Lei 11.340/06, impondo-lhe a pena de 03 (três) meses e 15 (quinze) dias de detenção, a ser cumprida em regime aberto.

Inconformado, apela o acusado pugnando pela reforma da sentença condenatória ao argumento de que do substrato probatório não é possível extrair prova suficiente para embasar sua condenação. Sustenta não ter restado demonstrado que o Recorrente tenha praticado o crime de descumprimento de decisão judicial que deferiu medidas protetivas, de modo que deve ser absolvido nos termos do artigo 386, II, V e VII, do Código de Processo Penal.

Em sede de contrarrazões (CONTRAZ1, evento 65 dos autos originários), o Ministério Público em primeira instância pugnou pela negativa de provimento ao recurso de apelação. (...).”

Distribuídos, vieram-me os autos ao relato por livre distribuição. Acrescento que a Douta Procuradoria-Geral de Justiça, por meio do Procurador de Justiça JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU, manifestou pelo

conhecimento e improvimento do recurso.

É o relatório.

Nos termos do artigo 38, inciso V, alínea h, do RITJ/T0, peço dia para julgamento.

Documento eletrônico assinado por ADOLFO AMARO MENDES, Relator, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Instrução Normativa nº 5, de 24 de outubro de 2011. A conferência da autenticidade do documento está disponível no endereço eletrônico <http://www.tjto.jus.br>, mediante o preenchimento do código verificador 447233v3 e do código CRC 8bdebaff. Informações adicionais da assinatura: Signatário (a): ADOLFO AMARO MENDES Data e Hora: 13/12/2021, às 11:52:29

0002021-42.2021.8.27.2731

447233 .V3

Extrato de Ata

Poder Judiciário

Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins

EXTRATO DE ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE 08/02/2022

Apelação Criminal (PROCESSO ORIGINÁRIO EM MEIO ELETRÔNICO) Nº
0002021-42.2021.8.27.2731/T0

RELATOR: Desembargador ADOLFO AMARO MENDES

PRESIDENTE: Desembargador ADOLFO AMARO MENDES

PROCURADOR (A): JOSÉ DEMÓSTENES DE ABREU

APELANTE: JOSE ANTONIO BRAGA ALVES (RÉU)

ADVOGADO: DANILO BERNARDO COELHO R. GARCIA (OAB T0008170)

APELADO: MINISTÉRIO PÚBLICO (AUTOR)

Certifico que a 1ª CÂMARA CRIMINAL, ao apreciar os autos do processo em epígrafe, proferiu a seguinte decisão:

SOB A PRESIDÊNCIA DO DESEMBARGADOR ADOLFO AMARO MENDES, A 5ª TURMA JULGADORA DECIDIU, POR UNANIMIDADE, ACOLHENDO O PARECER DA DOUTA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, CONHECER, EM PARTE, DO RECURSO POR PRESENTES OS REQUISITOS DE ADMISSIBILIDADE, E, NA PARTE CONHECIDA, NEGAR-LHE PROVIMENTO, MANTENDO INCÓLUME O DECISUM DE PRIMEIRO GRAU NOS SEUS

EXATOS TERMOS.

RELATOR DO ACÓRDÃO: Desembargador ADOLFO AMARO MENDES

Votante: Desembargador ADOLFO AMARO MENDES

Votante: Desembargador MARCO ANTHONY STEVESON VILLAS BOAS

Votante: Desembargadora ANGELA MARIA RIBEIRO PRUDENTE

WANDELBERTE RODRIGUES DE OLIVEIRA

Secretário